

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

CNPJ/MF nº 26.885.182/0001-19

Demonstrações Financeiras 2023					Demonstrações Financeiras 2023				
Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)					Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022			Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Ativo				Passivo					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.142	90.019	Fornecedores	10	3.038	8.550		
Contas bancárias vinculadas	5,1	6.879	6.066	Empréstimos e financiamentos	12	43.993	38.853		
Concessionárias e permissórias	7	26.845	22.810	Outras obrigações fiscais	11	2.116	1.108		
				Estoque	11	680	15.402		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	11.450	14.022	Dividendos a pagar	14,b	8.301	34.032		
Outros impostos a recuperar		31	129	Taxas regulatórias		1.849	1.814		
Despesas antecipadas		752	335	Outros passivos		235	242		
Ativo de contrato	9	61.598	67.476			60.218	106.001		
Outros créditos		1.771	2.720	Não circulante					
Estoque				Empréstimos e financiamentos	12	948.127	906.327		
Imobilizado		128.983	200.867	Pi e Cofins diferido	13,1	190.554	187.430		
Contas bancárias vinculadas	6	19.526	20.670	IR e CS diferido	13,2	295.400	275.366		
				Outras obrigações		1.768	9		
						1.434.061	1.369.132		
Ativo de contrato	9	1.998.444	1.985.775	Patrimônio líquido					
		2.019.917	1.986.445	Capital social	14	206.501	206.501		
				Reserva de lucros		448.100	505.678		
						654.601	712.179		
						2.148.900	2.187.312		
Total do ativo		2.148.900	2.187.312	Total do passivo e patrimônio líquido					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1. Contexto operacional:** A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistratégia e pela Quantum Participações S.A., é uma sociedade de direito de capital fechado, criada em 2017, cuja sede está localizada no endereço Rua da República, 100, Bairro, 955, conjuntos comerciais nº 102, 111 e 112, sala 06 - Itaim Bibi, cep 04530-001 - São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Através do Despacho 3.301, de 17 de novembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Com isso, em 05 de maio de 2023, ocorreu a efetiva transferência de 100% (cento por cento) do capital social ("Ações da Requerente") detido pela Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, conforme livre de transferência de ações arquivadas na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o 4º Aditamento ao Acordo de Investimento e Outras Avenças ("SPA" ou "Contrato"), dentro de outros documentos. **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 09/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendedores: LT 500 KV Quemeada Nova II - Curral Novo do Piauí II T1, com 109 km; LT 500 KV Burtirama - Quemeada Nova II, com 308 km; SE 500 KV Quemeada Nova II e Em 2021 o projeto de expansão e disponibilização para o fornecimento de energia elétrica foi aprovado pelo TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (de 2021). A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$148.308 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica (FISEL) - Taxa de fiscalização sobre a transmissão de energia elétrica, devida à ANEEL, paga mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos em cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) • Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida; • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários do desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; • Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento à fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema elétrico brasileiro, bem como de investimento de viabilidade necessários ao aproveitamento das potências hidroelétricas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequação prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao projeto, procedendo-se aos levantamentos e as avaliações, bem como à determinação da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévia pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens revertidos para a sociedade concessionária, bem como a realização de estudos de engenharia e de projeto de engenharia. A Transmissora deve assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições de concessão, no contrato de concessão, em 2023, o projeto de expansão e disponibilização para o fornecimento de energia elétrica foi aprovado pelo TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 2021 retroativos a 07 de junho de 2022, o que significou o recebimento de 100% da receita. **2. Base de preparação e 2.2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações contidas nas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e método de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, e a moeda funcional e moeda de apresentação é o Real. **2.3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 8 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras exigem que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis revisadas, raramente serão iguais aos respectivos resultados. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e promissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos do momento das revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.2 e nº 9) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.3 e nº 13) - reconhecimento e mensuração; • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.4 e nº 21) - reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Políticas contábeis materiais - 3.1. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissórias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, bem como outros créditos, rendimentos de investimentos, juros e dividendos recebidos e outros itens financeiros originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo financeiro é considerado materialmente significativo se o custo de aquisição ou emissão for superior a 5% do valor justo. Um ativo financeiro que não seja considerado materialmente significativo não é reconhecido na data da aquisição ou emissão. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual. Os ativos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios de longo prazo, com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo recebimento de fluxos de caixa não contratual; ou (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os critérios para ser classificado como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócio. **i) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos:** A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são recebidos ou pagos é feita com base no modelo de negócios da entidade. O custo amortizado é aplicado quando o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratual quanto pelo receb



...continuação

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021
PIS diferido.....	33.591	558	33.433	4.871	28.562
COFINS diferido.....	156.683	2.568	153.997	22.436	131.561
Total.....	190.554	3.124	187.430	27.307	160.123

**13.2. Imposto de renda e contribuição diferido**

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/Base negativa.....	(5.590)	(245)	(5.345)	8.319	(13.664)
Lucro diferido da construção.....	11.814	(102)	11.916	1.417	10.499
Receita de ativo financeiro/AVP.....	106.335	20.481	85.854	18.627	67.227
Ajuste IFRS 16/CPIC 47.....	183.904	963	182.941	33.368	149.573
Outras provisões.....	(1.063)	(1.063)	-	-	-
Total não circulante.....	295.400	20.034	275.366	61.731	213.635
Detalhamento do não circulante.....	31/12/2023	31/12/2022			
Ativo.....	(5.590)	(5.345)			
Passivo.....	300.990	280.711			
Total ativo/passivo diferidos.....	295.400	275.366			

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme evidências existentes de lucros tributáveis futuros. Com base no plano de negócios da Companhia, é estimado que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados conforme demonstrado abaixo:

Períodos	31/12/2023	31/12/2022
2023.....	-	1.355
2024.....	3.990	3.990
Total.....	3.990	5.345

**14. Patrimônio líquido - a) Capital social:** Em 05 de setembro de 2022, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração - RCA, aumento de capital no montante de R\$30.500 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$176.501.000 para R\$206.501.000, com a emissão de 30.500 ações ordinárias no valor nominal de R\$1.00 cada. Em 05 de maio de 2023, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") detido pela Cymil Construções e Participações S.A. para a Br En Energia Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o 4º Adilamento ao Acordo de Investimento e Outras Avenças ("SPA" ou "Contrato"), dentro de outros documentos. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$206.501.000 dividido em 206.501.000 ações ordinárias, sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2023	Valor	31/12/2022	Valor
Quotistas				
Cymil Construções e Participações S.A.....	0%	(em reais)	50%	(em reais)
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia.....	165.200.800	80%	165.200.800	61.950.300
Quotista em Participações S.A.....	206.501.000	100%	206.501.000	100%
Total.....	206.501.000	100%	206.501.000	100%

**b) Política de dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, por rata dia, da taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado à existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE - realizada na data 30 de abril de 2023 às 11:00 horas, os antigos acionistas renunciaram os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2022, no montante de R\$30.500, os quais foram destinados a reserva de lucros. A Assembleia Extraordinária - AGE realizada na data 23 de junho de 2023 às 13:00 horas, foi aprovado a declaração e o pagamento de dividendos originários da reserva de lucros no montante de R\$8.088 e, juros sobre capital próprio no montante de R\$25.942. Os valores foram totalmente pagos na mesma data da deliberação. Conforme Assembleia Extraordinária - AGE realizada na data 20 de dezembro de 2023 às 10:00 horas, foi aprovado a declaração e o pagamento de dividendos originários da reserva de lucros no montante de R\$168.302 e, juros sobre capital próprio no montante de R\$21.698 oriundos do lucro acumulado do exercício de 2023. Os valores foram totalmente pagos na mesma data da deliberação. Abaixo a composição e apresentação dos montantes relacionados a pagamentos e provisões de dividendos e juros sobre capital próprio sobre o lucro líquido auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício.....	140.721	155.736
(1) Reserva legal.....	(7.036)	(7.787)
(2) Reserva de incentivo fiscal.....	(13.689)	(13.824)
Lucro ajustado.....	119.996	136.125
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	29.999	34.032
Dividendos e JSCP pagos antecipadamente.....	(21.698)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios.....	8.301	34.032

**c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de incentivos fiscais: Conforme laudo consultivo nº 0092/2023 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 20 de julho de 2023, foi garantido à Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição do direito do benefício fiscal consignado no referido laudo, é de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023. e) Reserva de lucros a realizar: O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 se constitui do saldo resultante da reserva de lucros acumulados. Os administradores efetuaram a proposta sobre a destinação deste saldo em Assembleia Geral. **15. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Remuneração do ativo de contrato.....	275.768	249.623
Receita de O&M.....	6.532	6.532
Receita de construção - Ativo de contrato.....	(120.875)	240.204
Outras receitas.....	90.706	9.279
Receita operacional bruta.....	230.145	505.638
(1) PIS e COFINS.....	(23.876)	(46.772)
(2) Encargos setoriais.....	(2.367)	(3.072)
Receita operacional líquida.....	223.902	455.794

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Aos Administradores e Acionistas da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as demonstrações financeiras e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Breve para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa auditoria não expressa opinião sobre as demonstrações financeiras e outras informações elucidativas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRECIDADE S.A. - CNPJ/MF nº 26.895.182/0001-19

	2023	2022
Receita de operação e manutenção.....	4.346	6.532
Custo de operação e manutenção.....	(5.216)	(5.032)
Total Margem de O&M.....	(870)	1.500
Margem percebida (%) (ii).....	20%	23%
(i) Variação decorrente do reconhecimento de receita de O&M em decorrência da transferência da gestão da concessão para o único e atual acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistratégia em abril de 2023 16. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia nos exercícios de 2023 e 2022:		
Custo de construção (iii).....	15.867	(148.725)
Custo de operação e manutenção.....	(5.216)	(5.032)
Serviços de terceiros (i) - Custos.....	(492)	-
Outros - custos.....	193	-
Total custo.....	10.166	(153.757)

	2023	2022
Material.....	(46)	(4)
Serviços de terceiros (ii).....	(7.980)	(7.380)
Outras despesas.....	(85)	175
Total.....	(8.111)	(7.819)
Total.....	2.055	(161.576)

(i) Refere-se a serviço vigilância, meio ambiente e outros. (ii) Refere-se serviços de gestão empresarial, serviços administrativos compartilhados, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e outros. (iii) Reversão de custos de construção provisionados em anos anteriores e não incorridos cuja reversão ocorreu em decorrência da conclusão da obra em 2023. 17. Resultado financeiro líquido: O resultado das demonstrações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	2023	2022
Receita de aplicação financeira.....	21.808	15.068
Receita de atualização monetária.....	2.040	-
Outras receitas financeiras.....	175	-
(1) PIS e COFINS sobre receita financeira.....	(1.117)	-
Juros sobre financiamentos.....	(82.572)	(83.948)
IOF.....	(177)	(711)
Custos de captação.....	(85)	(435)
Outras despesas.....	(424)	(2.899)
Despesa financeira.....	(84.678)	(87.558)
Resultado financeiro líquido.....	(61.772)	(72.490)

**18. Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Imposto de renda.....	164.185	221.728
Contribuição social.....	164.185	221.728
Alíquota vigente.....	164.185	221.728
Despesa de IR e CSLL calculada.....	(41.049)	(55.432)
Juros sobre Capital Próprio.....	13.689	-
Incentivo Fiscal Sudene.....	1.806	11.824
Outros.....	667	(1.782)
Despesa de IR e CS.....	(13.642)	(45.390)
Total dos tributos diferidos.....	(13.642)	(45.390)
Despesa total com tributos.....	(13.642)	(45.390)
Alíquota efetiva.....	14,29%	29,76%

**19. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamento dos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) Riscos de Crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falta destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	16.142	90.019
Contas bancárias e aplicações vinculadas (nota 5.1).....	6.879	6.086
Outros ativos financeiros.....	2.812	20.811
Aplicação financeira vinculada (Nota 6).....	19.526	20.670
Total.....	2.060.042	2.033.251
Ativo de contrato (Nota 9).....	2.129.434	2.172.816

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de contrato - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários das concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST. i) Contratos de Constituição de Garantia - CGB e ii) Cartas de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociação de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CGB ou a CFB. ii) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxa de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

tracção é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria